

Altera o art. 34 da Lei nº 9.656,
de 3 de junho de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho
de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo
único:

“Art. 34.....

Paragrafo único. O disposto no *caput*
deste artigo não se aplica às entidades de
autogestão constituídas sob a forma de fundação,
de sindicato ou de associação que, na data da
publicação desta Lei, já exerciam outras
atividades em conjunto com as relacionadas à
assistência à saúde nos termos dos pertinentes
estatutos sociais, as quais poderão,
alternativamente e desde que a hipótese de
segregação da finalidade estatutária esteja
prevista ou seja assegurada pelo órgão interno
competente, constituir filial ou departamento
com número de Cadastro Nacional das Pessoas
Jurídicas - CNPJ sequencial ao da pessoa jurídica
principal, na condição, seja qual for o caso, de
serem asseguradas condições para adequada

segregação patrimonial, administrativa,
financeira e contábil.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2015.

EDUARDO CUNHA
Presidente